

## **Introdução**

Este trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado (em andamento) que tem como objetivo pesquisar a história da Escola Geraldino Neves Correa, situada do Distrito da Picadinha, no Município de Dourados, no período de 1974 a 1996. Para tanto, esta pesquisa busca analisar a história desta instituição, examinando o seu processo de instalação, caracterizando o perfil de seu corpo docente, verificando o perfil de seus alunos, bem como analisando aspectos de sua organização curricular.

O recorte temporal no ano de 1974 justifica-se por sinalizar o período que a Escola Geraldino Neves Correa passou de responsabilidade do Estado para o Município de Dourados, mediante ao Decreto Municipal nº 310, de 01/10/1974. Já o ano de 1996 marca a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº. 9.394/96, que com sua implantação em 1997, trouxe alterações na organização e no funcionamento da educação escolar brasileira, que consequentemente influenciou no funcionamento da Escola estudada.

A metodologia da pesquisa se utiliza dos seguintes procedimentos: análises e levantamento das fontes documentais primárias (leis, decretos, cartas e mensagens de governadores, leis, regulamentos, mensagens presidenciais a Assembleia Legislativa, relatórios, atas, cartas, jornais da época e resoluções). Os documentos estão sendo coletados nos seguintes locais: CDR- Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados, no arquivo da escola Geraldino Neves Correa, na Secretaria Municipal de Educação (Departamento do Censo Escolar e no Departamento de Supervisão Técnico-Escolar), no museu histórico de Cuiabá MT e nos arquivos do LADHEME - Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados.

Neste trabalho também foi necessário recorrer a uma bibliografia ligada à história de Mato Grosso, história e historiografia da educação, ao ensino rural e ao currículo.

Os estudos sobre instituições escolares desenvolveram-se a partir da década de 1960, mais especificamente na Europa, especialmente na Europa, com impactos consideráveis na pesquisa brasileira nessa área. No Brasil, as pesquisas sobre as instituições escolares desenvolveram-se, sobretudo, a partir dos anos 1990, influenciados pelas correntes

historiográficas, oriundas da Escola Francesa, conforme já mencionamos. Entretanto, alguns estudos dessa natureza antecederam ao referido movimento. Leonor Tanuri (2005), em seu texto “Historiografia da Educação Brasileira: uma contribuição para o seu estudo na década anterior à da instalação dos cursos de Pós-Graduação”, menciona os trabalhos realizados por Carrato (1961; 1968) e Bauab (1972), que focalizaram o estudo de instituições escolares antes dos anos de 1990.

José Ferreira Carrato foi um dos poucos historiadores da década de 1960, do século passado, a se dedicar à história cultural e educacional. Em 1961, apresentou a sua tese de doutoramento sobre as origens do Colégio Caraça, intitulada “As Minas Gerais e os primórdios do Caraça”. Em 1968, publicou o livro “Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais”.

Maria Aparecida Rocha Bauab, em sua tese de doutoramento na área de Educação, defendida em 1972, analisou as dificuldades de implantação e as vicissitudes da única escola normal criada no período imperial em São Paulo.

Pesquisas sobre a história das instituições escolares tem marcado presença significativa no campo da História da Educação, ao possibilitarem uma variedade de abordagens, enriquecendo o conhecimento sobre questões educacionais do passado. O presente trabalho apresenta uma abordagem centrada nesta temática, com um texto organizado em três partes, a primeira discute alguns aspectos da história do Município de Dourados. A segunda aborda um histórico da educação em Dourados. E a terceira parte, versa sobre a história da Escola Rural Geraldino Neves Correia do Distrito da Picadinha.

## **História do Município de Dourados: apontamentos iniciais**

O município de Dourados está localizado a sudoeste de Mato Grosso do Sul, faz parte da faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai. Dourados, antes da divisão do Estado de Mato Grosso, pertencia à parte Sul do Estado de Mato Grosso. Foi somente no final do século XIX, que esta parte do antigo Sul de Mato Grosso passou a receber várias pessoas das províncias do Paraná, São Paulo e até mesmo do Rio Grande do Sul. Em 1907 foi aberta a estrada de Porto

quinze, o que facilitou em muito a vinda de correntes migratórias do Estado de Minas Gerais e até mesmo de nordeste brasileiro, que aqui se instalaram e fixaram residência.

Dourados se constituiu no período de 1914-1935 como povoado, as manifestações das famílias e a necessidade em organizar seu espaço urbano, teve significativa importância, pois estas começaram a se destacar de várias formas tanto na política local quanto na política regional, organizando em comissões para a construção de igrejas, escolas e casas comerciais. Estas atividades de lutas discussões e trabalho propiciaram situações que fomentaram articulações que contribuíram para a emancipação de Dourados, que até então pertencia a Colônia Federativa de Ponta Porã.

No aspecto econômico, o povoado tinha como atividade em destaque a pecuária, com a criação de gado. Outra atividade econômica de relevante era a extração da erva mate.

A exploração e extração da erva mate no período 1914-1935, acontecia em terras da região de Dourados no Sul de Mato Grosso, por meio da Companhia Mate laranjeira. Empresa que existia desde o tempo do Império e tinha a concessão para explorar os campos ervais. A referida Companhia, além da concessão para a exploração se beneficiava tanto da exploração de forma exclusiva.

Esta Companhia veio a se instalar na Fazenda Campanário criando neste espaço uma estrutura urbana bastante avançada para a época numa região considerada sertão. É possível constatar nas fotos e na fala da Regina<sup>1</sup>, que no espaço em que fora construída a sede da Mate Laranjeira, havia sinais de energia elétrica, uma padaria, quadra de tênis, uma linha ferroviária para facilitar por assim dizer o escoamento da produção de ervas. As casas eram grandes, e neste local, foi também, construída uma escola (Mendes Gonçalves) para atender as crianças das famílias, moradoras na fazenda campanário. Neste local foi também construído um campo de pouso e decolagem de avião e uma quadra para jogos.

Transformações sociais e político-administrativas foram acontecendo neste povoado e por meio do Decreto Estadual de N. 30 de 30/12/1935, Dourados passa para a categoria município. O desenvolvimento acontecia no município de forma crescente, isso fazia com que sua estrutura urbana fosse modificada para atender as necessidades da população.

---

<sup>1</sup> Regina Heloiza Targa Moreira é memorialista e escreveu o livro em Memória Fotográfica de Dourados publicado em 1990. Pela FUNCED-Fundação de Cultura de Dourados

A atuação e exploração da região pela companhia ocorreram de forma direta e exclusiva, por um período de 30 anos. A partir dos anos de 1940, a Companhia Mate Laranjeira, passa a perder status e prestígio político, sua situação junto ao Governo Federal passa por mudanças onde esta não assiste mais à renovação dos contratos de arrendamento, e isso ocorre porque o governo cria o Território Federal de Ponta Porã no ano de 1943.

Com as mudanças políticas do Governo Federal e sobre a Companhia Mate Laranjeira, este acena para pretensas mudanças na política de intervenção da Companhia, criando mais tarde o Conselho Nacional do Mate. Neste contexto, ocorre o afastamento da Mate Laranjeira nas esferas da política regional, surgindo então, pelo Decreto Lei N 3.059 de fevereiro de 1941 a CAND-Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

A partir da chamada marcha para Oeste, no Governo Federal de Getúlio Vargas, é possível verificar na documentação, segundo Moreira (1990, p. 82), que “o governo passa a demonstrar maior preocupação com a política de colonização, pois em Mato Grosso existe uma concentração de propriedades em nome de grupos estrangeiros”. Desta forma, é iniciada pelo governo campanhas para atrair os trabalhadores rurais. Estes trabalhadores são atraídos pela oferta de oportunidades e o movimento para a abertura de caminhos, estradas, pontes e rodovias, se dá num processo de colonização e ocupação dos espaços na região do Sul de Mato Grosso.

A partir da chamada marcha para Oeste, no Governo Federal de Getúlio Vargas, é possível verificar na documentação, segundo Moreira (1990, p. 82), que “o governo passa a demonstrar maior preocupação com a política de colonização, pois em Mato Grosso existe uma concentração de propriedades em nome de grupos estrangeiros”. Desta forma, é iniciada pelo governo campanhas para atrair os trabalhadores rurais. Estes trabalhadores são atraídos pela oferta de oportunidades, e o movimento para a abertura de caminhos, estradas, pontes e rodovias, se dá num processo de colonização e ocupação dos espaços na região do Sul de Mato Grosso. De acordo com Carli (2008, p.64),

*peçoas de todos os quadrantes, como paulistas, mineiros, nordestinos, japoneses, paraguaios, todos em busca de realizar seus objetivos, o de adquirir um pedaço de terra, pois ela era para eles um meio de subsistência por meio da agricultura, e identificação com suas raízes.*

Diante dos apontamentos de Carli (2008), pode-se dizer que Dourados, ganha notoriedade e desperta o interesse daqueles, que desejavam conquistar um pedaço de terra para a subsistência de sua família.

Nesse contexto de colonização e povoamento do Sul de Mato Grosso, inclui-se a presença de imigrantes, vindos do Paraná e Santa Catarina e alguns destes já faziam viagens exploratórias para conhecer melhor a região que apresentavam terras com solo rico e abundante.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a criação da Colônia Agrícola trouxe mudanças no cenário rural e urbano, no que diz respeito à educação, trouxe mudanças também no contexto político educacional local e regional. A Colônia, por exemplo, acabou promovendo a criação da Escola Agrícola Dom Bosco, pelos Salesianos, no Distrito de Serraria, município de Dourados. A fundação se deu quando o Padre André Capelli, da ordem salesiana, chegou ao Distrito de Serraria<sup>2</sup> em 1956, fixou residência e iniciou uma pequena escola agrícola, intitulada “Escola Agrícola Dom Bosco”, a fim de capacitar os filhos dos agricultores para os trabalhos com a terra. Nesse período, além das disciplinas comuns às escolas religiosas, apresentava um currículo voltado para prática das atividades agrícolas, direcionadas ao sexo masculino em regime de internato.

Discursivamente, as Mensagens de Presidente de Estado de Mato Grosso, também apontavam que a CAND, nos anos de 1950, custeava financeiramente classes de ensino primário em Dourados e região. Assim, pode-se dizer que a CAND não só promoveu a instalação de uma Escola Agrícola, como também custeou financeiramente o ensino primário, sobretudo, classes de aula das áreas rurais.

## **Dourados e a Educação**

---

<sup>2</sup> Distrito criado pela Lei Estadual nº 2101 de 20/12/1963 e anexado ao município de Dourados. Em 1983, por meio da Lei Estadual nº 387 de 20/09/1983 o Distrito de Serraria passou a denominar Indápolis. (Dados do IBGE).

A educação em Dourados aconteceu como em grande parte do país, sendo em um primeiro momento de responsabilidade da família, sobretudo da mãe, e depois passa a ser do poder político. Nesse primeiro momento, a educação acontecia, principalmente, em dois lugares: nas fazendas da região, ou nas próprias casas dos professores ou dos alunos. Sobre o início da educação formal em Dourados, Fernandes e Freitas (2003) apontam que esta,

*(...) inicia-se nas duas primeiras décadas do século XX marcada pela iniciativa privada. Primeiramente o ensino realizado pelas próprias famílias: alfabetização, leitura, primeiras noções gerais e de cálculo. A seguir, a ida à escola da fazenda para o ensino primário com o professor itinerante ou, na vila, a ida à escola particular na casa do próprio professor (p.05)*

As primeiras escolas surgiram na área urbana, somente a partir da década de 1930, funcionando inicialmente na casa dos próprios professores, com turmas mistas, e poucos recursos para a aquisição de materiais didáticos e para a manutenção das escolas.

Ainda sobre a educação em Dourados, nos anos de 1930, Fernandes e Freitas (2003, p.5-6.) registram que;

*(...) além dos professores itinerantes na zona rural existiram na vila escolas particulares de vários professores. Depoimentos (Rosa, 1990) e registros fotográficos (Moreira, 1990) referem-se à Escola Reunida (do Prof. Ernani Rios e Antônia Cândido de Melo), à Escola Moderna (escola ativa), à de Laucídio Paes de Barros, de Gonçalo e a de Antônia da Silveira Capilé. Em 1939 foi criada a primeira escola com turmas de 1ª a 4ª série: a escola particular Erasmo Braga da Igreja Presbiteriana do Brasil. (FERNANDES & FREITAS, 2003, p.5 -6).*

Nos anos de 1930, a educação em Dourados era marcada pela presença da iniciativa privada, somente nos anos de 1940, a ação pública na oferta do ensino primário ganhou uma nova configuração. Há de se considerar aqui que, no início da década de 1940, a esfera municipal criou a primeira escola municipal e ampliou sua atuação nos anos subsequentes. Em 1941, a Igreja Católica criou a Escola Paroquial “Imaculada Conceição”. Além disso, o Decreto Municipal nº 70, de 1946,

*estabeleceu o regulamento da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e, no seu art. 22, determinava a oferta de “instrução primária” gratuita para os filhos de colonos, com frequência obrigatória, e, no artigo 38, estabelecia multa de Cr\$ 100,00 para pais de menores não frequentes e “comparecimento intermédio da autoridade policial”. Estabelecia-se, assim, a política de oferta e regulação da educação pública municipal voltada para a área rural. (GRESSLER & SWENSSON 1988, p. 19).*

Neste sentido, pode-se perceber que a obrigatoriedade do ensino torna-se relevante, pois objetiva-se um ensino para todos, principalmente, o ensino primário, com o intuito de alavancar a educação na região, sobretudo, nas escolas rurais como, por exemplo, na Escola Rural Geraldino Neves Correa,

## **A Escola Rural Geraldino Neves Correa**

Desde o final da Primeira República, o número de escolas rurais predominava em relação às escolas urbanas, em Mato Grosso. Os dados extraídos da Mensagem de Presidente de Estado de 1928 servem como uma boa amostra a esse respeito, pois o documento registra que enquanto o número de escolas urbanas era constituído por 60, o número de escolas rurais era de 114.

No início da década de 1940, o número de escolas rurais se ampliou ainda mais no estado de Mato Grosso. A Mensagem de 1941 permite entrever que foram criadas cem escolas em todo o Estado, instituída pelo Decreto de nº 53, de 18/4/1941 (MATO GROSSO, Mensagem..., 1941). Foi neste contexto dos anos de 1940, que a atual Escola Geraldino Neves Correa foi criada no Distrito da Picadinha, Município de Dourados, mais precisamente em 1942, com o nome de Escola Rural Mista da Picadinha.

Não se pode deixar de registrar aqui, como aponta Werle (2007), em seu livro “Educação Rural em Perspectiva Internacional”, que o 8º Congresso Brasileiro de Educação, ocorrido no Estado de Goiás, em 1942, tinha como uma de suas pautas a educação primária rural. De acordo com a autora, neste momento, discussões anteriores acerca da questão foram sintetizadas da seguinte forma:

*A educação rural foi discutida sob diferentes enfoques e sua valorização inspirou debates em várias das conferências nacionais de educação. A importância da educação rural, a vinculação da escola e seu meio, a formação pedagógica docente associada a conhecimentos de educação sanitária, higiênica e agrícola, eram debates que vinham, portanto, se configurando desde o 1º Congresso de 1927. (WERLE, 2007, p.161).*

Há de se considerar aqui que os debates sobre a educação rural iniciaram-se em 1910, no Brasil. Porém, foi somente a partir da Revolução de 1930, no Governo de Vargas, que o ensino rural ganhou destaque. A esse respeito, Bresolin e Ecco (2008) esclarecem que, a partir de 1930, ocorreram mudanças educacionais significativas para as populações do campo, porque nesse período se consolidou a corrente de pensamento denominada de ruralismo pedagógico. A referida corrente propunha “ ... uma escola integrada às condições locais regionalista, cujo objetivo maior era promover a fixação do homem ao campo” (MAIA, 1982, p. 27). Tais preocupações com a educação no meio rural continuaram nas décadas seguintes aos anos de 1930.

Acredita-se que a ampliação do número de escolas rurais em Mato Grosso, no início de 1940, estivesse associada aos debates educacionais nacionais, advindos das políticas do governo central motivadas pelo ruralismo pedagógico.

A Escola Rural Mista da Picadinha foi improvisada numa residência, com uma sala de aula cedida pelo senhor Lídio Mello. Só em 1944, a escola ganhou seu espaço físico, recebendo a doação do terreno feita pelo senhor Geraldino Neves, que nasceu em Dourados em 05 de fevereiro de 1913 e faleceu em 02 de maio de 1996. Filho de Juvêncio Neves Correa e Leopoldina Correa da Silva. Foi alfabetizado em casa com o professor Manoel Santiago, e no município de Dourados foi funcionário público.

Nos anos de 1940, o município de Dourados já contava com algumas escolas na zona urbana. Mas, o difícil acesso da população rural a área urbana, requeria a criação de escolas rurais, afinal, nesta época, a população urbana era bem menor que a população rural no Município. Desse modo, a criação da Escola na Picadinha se fazia necessário, pois este Distrito no período tinha um número significativo de crianças que careciam da escolarização primária, como os filhos dos moradores locais e os filhos de sitiantes e de pequenos das áreas de seu entorno.

Esta Escola iniciou o seu funcionamento em um regime de ensino misto e multiseriado, atendendo meninos e meninas, onde um único professor ministrava aulas para todos os anos do ensino primário. Como era uma Escola situada distante da área urbana de Dourados, esta se enquadrava de acordo com o Regulamento de 1927, na modalidade de escola isolada rural. No entender de Sá (2011),

*As escolas isoladas, compreendidas como modalidade escolar na qual o professor ensinava sozinho uma turma de até 60 alunos, em graus diferenciados: eram orientados através dos regulamentos da instrução pública primária, que estipulavam a distribuição dos horários, métodos de ensino e do programa escolar. (p. 37)*

Neste período, as escolas rurais seguiam as mesmas normativas curriculares das escolas urbanas, eram taxadas por muitos legisladores de uma escola dispendiosa e que muito pouco contribuía com o progresso e modernização do Estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, Mensagem..., 1947).

Embora haja um interesse em investigar a história desta instituição de ensino rural criada na Picadinha, em seu período inicial de funcionamento, isso não foi possível, devido à dificuldade de localização de documentos sobre o período. Por essas razões, que está pesquisa debruça-se sobre os anos de 1974 a 1996, pois foi acerca deste período que localizou-se uma documentação a respeito desta Escola.

## **A organização curricular da Escola**

O termo currículo ultrapassa o simples significado a ele atribuído, ou melhor,

*O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada de conhecimento social. O currículo esta implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. (MOREIRA; SILVA, 2005, p. 7-8).*

Porém, as práticas curriculares educacionais perpassam as esferas de poder da sociedade, tanto em relações étnica, política, social e cultural. Desta forma, o currículo se torna “um terreno de produção de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação, recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”. (MOREIRA; SILVA, 1995, p. 28).

A organização curricular da Escola Geraldino Correa ao longo dos anos passou por algumas mudanças, como bem mencionaram Moreira e Silva (1995), o currículo é uma construção histórico-cultural e politicamente estabelecida num contexto educacional, pois ele

não é um elemento transcendente e atemporal, na realidade, ele é reflexo do momento histórico do período.

Em 1973, por exemplo, a Escola Geraldino Neves Correa atendia os seus alunos, com uma grade curricular composta pelas disciplinas de Comunicação, Integração Social e Iniciação as Ciências, a referida disciplina era constituída por Ciências e Matemática, conforme mostra a tabela:

<b>Processo de Apuração da Notas Finais e Nota Global da 2ª série Turma única Turma do 1º Grau. Ano Letivo: 1973</b>				
<b>Comunicação</b>	<b>Integração</b>	<b>Iniciação as Ciências e Matemática)</b>	<b>Resultado final</b>	<b>Carga horária</b>
6,7	6,1	6,4	6,4 aprovado	720 hs
7,5	7,3	7,1	7,3 aprovado	
6,2	7,8	6,7	6,9 aprovado	
7,1	7,7	7,0	7,2 aprovado	
7,3	6,9	6,4	6,8 aprovado	
7,6	8,3	6,8	7,5 aprovado	
6,0	6,2	6,3	6,1 aprovado	
6,4	7,1	6,6	6,7 aprovado	
6,9	7,6	7,3	7,2 aprovado	
6,9	6,3	6,4	6,5 aprovado	
7,5	7,2	7,7	7,4 aprovado	

**Tabela 1** - Ata de resultados finais - Escola rural mista da Picadinha (atual Escola Municipal Geraldino Neves Corrêa)

**Fonte:** Secretaria Municipal de Educação – SEMED/Diretoria – Educação no Campo.

A tabela 1 permite compreender além das disciplinas, o quantitativo de alunos matriculados nessa série e o resultado da aprovação. Ao entender a disciplina que constituíram a grade curricular de 1973, isso possibilitou compreender aspectos do currículo

posto em funcionamento na Escola no período. O currículo é um artefato, o qual parte de uma construção histórico-cultural e politicamente estabelecida num contexto educacional “não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação”. (MOREIRA; SILVA, 1995, p. 8), devido à sua complexidade, muitas são as teorias, as concepções e aceções formadas ao termo currículo.

## **Considerações finais**

A partir do que foi pesquisado pode-se verificar que no período de 1974 a 1996, a Escola Geraldino Neves Correa atendeu uma clientela formada por crianças com idade escolar entre 07 a 12 anos de idade, que estudavam em salas mistas e multiseriadas, matriculadas na 1ª a 4ª série do 1º Grau. Assim, a Escola favoreceu a escolarização de meninas e meninas do Distrito da Picadinha.

Espera-se que o presente trabalho possa contribuir de maneira significativa, com a história da educação no sul de Mato Grosso, possibilitando compreender a história de uma instituição escolar de ensino rural localizada no Distrito da Picadinha, município de Dourados, que no período de 1974 a 1996 favoreceu meninos e meninas, bem como atendeu as crianças do seu entrono, com a instrução primária.

## **Fontes**

BRASIL, Congresso Nacional. LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_. Constituição da Republica Federativa do Brasil (1988). Com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 38/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de edições Técnicas, 2002.

MATO GROSSO, *Regulamento da Instrução Pública, 1927*. Arquivo Público de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso - APMT.

\_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa pelo Presidente do Estado Dr. Annibal Toledo, em 1930.* Imprensa Oficial. Cuiabá, 1930. Arquivo Público de Mato Grosso Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados.

\_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada pelo Interventor Federal Júlio Strubing Muller ao Excelentíssimo Presidente da República Sr. Dr. Getúlio Vargas, em 1939-1941.* Imprensa Oficial. Cuiabá, 1941. Arquivo Público de Mato Grosso Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados

\_\_\_\_\_. *Mensagem apresentada pelo Interventor Federal Júlio Strubing Muller ao Excelentíssimo Presidente da República Sr. Dr. Getúlio Vargas, em 1942.* Imprensa Oficial. Cuiabá, 1942. Arquivo Público de Mato Grosso Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados

## Referencia bibliográficas

ALVES, Paulo. Experiência de Investigação: Pressuposto e estratégias do Historiador no trabalho com Fontes. In: Maria do Carmo S. Di Credde (Orgs). **Fontes históricas: Abordagens e Métodos.** Assis: UNESP, 1996.

AMIGUINHO, Abílio. Educação em meio rural e desenvolvimento local. Ver. Port. De educação, 2005, vol.18, n.2 p. 07-43. ISSN 0871-9187. AMIGUINHO, Abílio. Educação em meio rural e desenvolvimento local. Ver. Port. De Educação, 2005, vol. 18, n. 2 p. 07-43 ISSN 0871-9187. Disponível em: <http://www.Scielo.gov.br>. acesso em 0/02/2013.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Por uma educação do campo.** In Roseli Salette Caldart, Mônica Castagna Molina (organizadores). 3. ed. – Petrópolis RJ: Vozes, 2008.

BAUAB, Maria Aparecida Rocha. O Ensino Normal na Província de São Paulo 1846-1889. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São José do Rio Preto, 1972.

CARRATO, J.F. Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais, São Paulo: Nacional/EDUSP, 1968.

CELLARD, André. A análise documental. IN: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295 – 334.

COSTA, Célio Juvenal. **Fontes e métodos em história da educação.** In Joaquim José Pereira Melo, Luiz Hermenegildo Fabiano (organizadores). Dourados, MS: ed. UFGD, 2010. 350p.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (et. all.). **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf>. Acesso em: 10 de abr. de 2012.

FARIA FILHO, L. M. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectiva de pesquisa. In: VEIGA, Cyntia Greive; FONSECA, Thais Nívia de Lima e Fonseca. (Orgs). **História e Historiografia da Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica/CNPQ, 2008. p. 77-98.

FELIX, Loiva Otero. **História e Memória: A Problemática da Pesquisa.** Passo Fundo: Ediapf, 1998.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. História da Educação e História Cultural. In VEIGA, Cyntia Greive; FONSECA, Thais N. de L. e Fonseca. (Orgs) **História e Historiografia da Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica/CNPQ, 2008. p. 49-75.

GRESSLER, Lori Alice. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul:** destaque especial ao município de Dourados. Dourados: L.A., 1988.

GOFF, Jacques Le. Documento/Monumento. In: GOFF, Jacques Le. **História e Memória.** São Paulo. Editora Unicamp, 1990.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contexto histórico sobre o município de Dourados. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 19 de junho de 2012.

LEITE, Gervásio. **Um século de instrução pública.** Academia Mato-Grossense de Letras. Instituto Histórico de Mato Grosso. Goiânia: Rio Bonito, 1970.

MATO GROSSO. *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governador do Estado de Mato-Grosso Dr. João Ponce Arruda por ocasião do início da Legislatura de 1956.* Imprensa Oficial. Cuiabá, 1956. Arquivo Público de Mato Grosso Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados.

MONTEIRO, Juliana da Silva. **Cultura escolar:** Institucionalização do ensino Primário no Sul do antigo Mato Grosso: o grupo escolar Tenente aviador Antônio João no município de Antônio João no Município de Caarapó (1950-1971). Dissertação de mestrado defendida em 01/04/2011, na UFGD-Universidade Federal da Grande Dourados/FAED. <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 1 de agosto. de 2011.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Currículo, Cultura e Sociedade.* São Paulo: Cortez, 1995.

NOSELLA, Paolo & BUFFA, Ester. **Instituições escolares:** porque e como estudar. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; GONÇALVES, Arlene da Silva. A educação primária em Mato Grosso: o grupo escolar Joaquim Murтинho, em Campo Grande, sul do estado (1910-

1950). IN: SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SÁ, Nicanor Palhares. (Orgs). **Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na primeira república**. Cuiabá: EDUFMT, 2011. p. 89-108.

PAES, Ademilson Batista. **A escola primária rural em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul no período republicano (1889-1942)**. Tese de Doutorado, defendida em 01/03/2011, pela Universidade estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho. Araraquara São Paulo-SP. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 05 de outubro de 2012.

Prefeitura Municipal de Dourados. **Contexto histórico e perfil do município de Dourados**. Disponível em: <<http://www.dourados.ms.gov.br/>>. Acesso em: 22 de junho de 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**/Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres... (et al.). – 3. Ed. – 7. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SÁ, Nicanor Palhares. A escola pública primária mato-grossense no período republicano (1900-1930). IN: SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SÁ, Nicanor Palhares. (Orgs). **Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na primeira república**. Cuiabá: edUFMT, 2011. p. 29-54.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. A expansão do Ensino Secundário em Mato Grosso na Primeira República. IN: ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de PINTO, Rubia-Mar Nunes (Orgs.). **Escola primária na primeira república (1889-1930): subsídios para uma história comparada**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012. p. 175-193.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria: história da escola primária no estado de São Paulo 1890-1976**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação editora UNESP, 1998.

TANURI, Leonor Maria. A Historiografia da Educação Brasileira: uma contribuição para o seu estudo anterior à da instalação dos cursos de Pós-Graduação. In: MONARCHA, Carlos (Org.) **História da Educação Brasileira**. 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2005, p.229-250.

VEIGA, G. C. & F., T. N. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In SOUZA, Rosa F e VALDERMARIN, Vera T. (orgs). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP: autores associados, 2005. Apoio Unesp/FCLAR, p. 3-30.

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma ampliação da noção de documento escolar. In: SAVIANI, Demerval Saviani (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

VIDAL, D. G. Apresentação do dossiê arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 10, p. 71-73, jul./dez, 2005.

WERLE, Flávia Obino. Escola Normal Rural no Rio Grande do SUL; contexto e funcionamento. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Educação rural em perspectiva internacional*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

## **Bibliografias**

BOSI, Ecléa. 1994. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3.ed.. São Paulo: Companhia das Letras.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru, SP: Edusc, 2005.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das idéias**. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.